O GLOBO

Publicado em 27/04/2024 - 05:57

Rio aciona Supremo para interromper pagamento da dívida da União

Rio aciona STF para suspender dívida com União

Ação do governo pede bloqueio do pagamento de débito bilionário até que seja feita uma repactuação. O estado está entre as 23 das 27 unidades da federação que fecharão o ano no vermelho, segundo estudo da Firjan. O déficit total no país chegará a R$ 29,3 bi

JOÃO PAULO SACONI, CAROLINA NALIN E VINICIUS NEDER
economia@oglobo.com.br

O governo do Rio de Janeiro entrou ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação cível pedindo a suspensão do pagamento da dívida bilionária que o estado tem com a União até que seja feita uma repactuação dos débitos que estão sendo negociados no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), informou o blog do colunista Lauro Jardim. O estado é uma das 23 unidades da federação do país — entre as 27 existentes — que deverão fechar o ano com as contas no vermelho. O saldo negativo dos estados e do Distrito Federal chega a alcançar R$ 29,3 bilhões do déficit previsto, segundo estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Em trecho do documento assinado pelo governador Cláudio Castro, em que é pedida a "concessão de tutela de urgência e imposição de obrigação de não fazer", o Estado do Rio aponta décadas "de cobranças indevidas e de imposição e regras leoninas e inconstitucionais para a renegociação da dívida pública estadual, por parte da União Federal, representada pela Advocacia-Geral da União, em decorrência de sucessivos atos e omissões perpetrados" pelo ministro da Fazenda e pelo secretário do Tesouro Nacional.

Ao fim de 2023, a dívida total do Rio, segundo a gestão Castro, era de R$ 188 bilhões, sendo R$ 157 bilhões referentes à União, enquanto outros R$ 31 bilhões eram de transações bancárias, nas quais o governo federal aparece como garantidor.

O processo será relatado por Dias Toffoli, que já analisou outras causas relativas às pendências fluminenses.

No levantamento da Firjan, o Rio é o estado com maior déficit previsto para este ano, com rombo de R$ 10,4 bilhões. Em seguida aparecem Minas Gerais, com estimativa de R$ 4,2 bilhões negativos, e Ceará, com previsão de saldo negativo de R$ 3,9 bilhões. Depois vêm o Paraná, com R$ 3,5 bilhões de déficit previsto, e o Rio Grande do Sul, com R$ 3,1 bilhões.

Apenas quatro estados terão receita suficiente para cobrir suas despesas: São Paulo, Amapá, Espírito Santo e Mato Grosso.

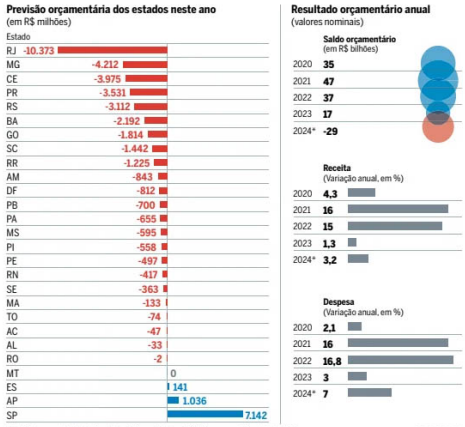
Segundo a Firjan, há um descompasso entre receitas e despesas, por uma combinação de fatores. A entidade estima que as despesas estaduais crescerão 7% este ano, enquanto as receitas subirão apenas 3,2%.

Jonathas Goulart, gerente de pesquisa econômica da Firjan, explicou que o quadro atual ainda reflete o período da pandemia de Covid-19 e a alteração no ICMS durante o governo Jair Bolsonaro — em meados de 2022, com as cotações do petróleo em disparada, a União determinou um limite na cobrança do principal tributo estadual sobre os combustíveis. Ainda pesam sobre os gastos as despesas com pessoal, sobretudo a Previdência dos servidores.

Segundo o economista, se, em 2021, os estados chegaram a ter uma folga no orçamento porque a pandemia os impedia de gastar com pessoal, e a arrecadação teve um salto por causa da inflação de produtos sobre os quais incidem impostos estaduais, o cenário começou a se reverter em 2022.

— Em 2023, começamos a ver o início de processo de deterioração das contas públicas estaduais, com arrecadação menor dos estados — disse Goulart.

SAIBA MAIS SOBRE AS CONTAS EM 2024



Fonte: Firjan, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) *Previsão das UFs

EDITORIA DE ARTE

Para sair do sufoco e reduzir as dívidas, os estados acabam pedindo ajuda ao governo federal, mas o economista da Firjan pondera que essa saída não resolve o dilema das contas públicas, que exigiriam a adoção de uma gestão fiscal responsável e uma política austera. Sem arrecadação suficiente e com boa parte do orçamento comprometido com pessoal, os investimentos ficam prejudicados, e o crescimento econômico, limitado.

Reação. O governador Cláudio Castro: recurso ao STF

CRISTIANO MARIZ/20-3-2024

DESEQUILÍBRIO ESTRUTURAL

Para o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, o desequilíbrio nas contas dos estados, bem como das prefeituras, é estrutural. Os rombos podem ser agravados ou mitigados com medidas pontuais — como a limitação da cobrança do ICMS, em 2022, ou renegociações das dívidas com a União —, mas, no longo prazo, tendem a aumentar. Tudo por causa dos gastos com a Previdência dos servidores.

No estudo, a Firjan ressalta que a Reforma da Previdência, de 2019, não foi suficiente para garantir o equilíbrio orçamentário. Em 2022, o déficit previdenciário das unidades da federação foi de R$ 86,1 bilhões, nas contas da entidade.

Segundo Velloso, os gastos com a Previdência dos funcionários públicos são crescentes, por causa da dinâmica de envelhecimento da população e de regras frouxas de aposentadorias. A situação chegou a um ponto em que não adianta só reformar as regras previdenciárias. Nos últimos anos, Velloso vem defendendo um saneamento geral das Previdências estaduais, com coordenação da União:

— Não tem como sair dessa com medidas tópicas ou simplificadas. Temos que buscar uma solução que caminhe no equacionamento dos déficits previdenciários.

Sem isso, o caixa dos estados e das prefeituras continuará sendo drenado para cobrir os déficits previdenciários. E, sem saída, esses governos continuarão investindo cada vez menos em infraestrutura, um tipo de gasto de tende a ser mais cortado do que outros, obrigatórios.

Goulart também defende uma reforma previdenciária mais profunda. O estudo da Firjan aponta que, na maioria dos estados, já há mais aposentados e pensionistas que trabalhadores na ativa.

O QUE DIZEM OS ESTADOS

Em nota, a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio disse que o déficit orçamentário se deve à dívida com a União, atualmente em R$ 191 bilhões, e à queda na arrecadação devido ao limite do ICMS sobre os combustíveis.

O governo de Minas Gerais disse que apresentou superávit orçamentário entre 2021 e 2023, mas a previsão de déficit para este ano ocorre em função do crescimento vegetativo da folha e da perda de receita por conta das alterações do ICMS.

O governo do Ceará informou que, "dos R$ 4 bilhões previstos como déficit, R$ 2,9 bilhões se referem à previsão da receita de uma operação de crédito que, por questões operacionais, só foi lançada em março, e, por isso, não constou no balanço orçamentário." Assim, no próximo balanço entregue à STN, os dados estarão melhores. "O estado do Ceará já se encontra equilibrado", diz uma nota da Secretaria estadual de Fazenda.

Já a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul disse que o desequilíbrio orçamentário é "decorrência das perdas de arrecadação registradas desde 2022. A Secretaria de Fazenda do Paraná não comentou.

Veículo: Online -> Portal -> Portal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 15

Copyright © Clipclap 2025.